

A observação como método de análise do trabalho – diferentes modos de apropriação

Giselle Reis Brandão¹

Maria Elizabeth Antunes Lima²

Renata Bastos Ferreira Antipoff³

Resumo

O ensaio trata dos diferentes modos de apropriação da técnica de observação no contexto da Saúde Mental e Trabalho, da Ergonomia e da Clínica da Atividade. Ele propõe um diálogo entre esses campos do conhecimento a partir das suas bases teóricas, seus objetos de estudo e seus propósitos fundamentais, tendo por foco o modo pelo qual recorrem à observação. A conclusão é a de que cada um deles faz um uso específico dessa técnica, sendo tal uso coerente com seu projeto teórico/prático. Embora se distanciem em alguns aspectos essenciais, todos recorrem à observação de forma rica e pertinente, transformando-a em um recurso metodológico potente. Escapam, portanto, da visão convencional, ao perceberem toda a complexidade presente no ato de observar e reconhecerem o método como um instrumento essencial para a análise do trabalho, seja na coleta de dados, seja na intervenção. *Palavras-chave:* Observação; Clínica da Atividade; Ergonomia; Saúde Mental e Trabalho.

Observation as a method of analysis of work - different modes of appropriation

Abstract

The essay deals with the different modes of appropriation of the observation technique in the context of Mental Health and Work, Ergonomics and Activity Clinic. He proposes a dialogue between these fields of knowledge from their theoretical bases, their objects of study and their fundamental purposes, focusing on the way in which they resort to observation. The conclusion is that each of them makes a specific use of this technique, being such use consistent with its theoretical/practical design. Although they differ in some essential aspects, they all resort to observation in a rich and pertinent way, transforming it into a powerful methodological resource. They escape, therefore, the conventional view to perceive all the complexity present in the act of observing and recognize the method as an essential tool for the analysis of work, whether in data collection or intervention.

Keywords: Observation; Activity Clinic; Ergonomics; Mental Health and Work.

Introdução

No âmbito das Ciências Humanas, foram as investigações etnográficas realizadas por Malinowski, no início do Séc. XX, que deram origem ao uso da observação (FERNANDES; MOREIRA, 2013). Posteriormente, essa técnica passou a ser amplamente utilizada pelas diversas

¹ PUC/MG, Belo Horizonte, grbrandao40@gmail.com.

² UFMG, Belo Horizonte, antuneslima15@gmail.com.

³ IFMG, Ouro Preto, bastosrenatafe@gmail.com.

disciplinas que compõem esse campo de estudos, tornando-se uma prática comum, inclusive, no contexto aqui analisado. Esse uso generalizado, no entanto, não tem sido acompanhado, na mesma proporção, pelas reflexões em torno do seu potencial, o que faz com que este permaneça relativamente desconhecido. Apesar disso, como afirmam Bonnemain, Perrot e Kolstulski (2015), a busca por um aprofundamento a seu respeito é uma questão prática, metodológica e teórica inevitável por quem se dedica à análise do trabalho. Ou seja, embora as produções acadêmicas em torno do tema ainda sejam escassas, o recurso à observação incita a reflexão ou mesmo a instauração de uma discussão na (e sobre) a atividade. É por esse motivo que se torna cada vez mais necessário estudá-la, tendo em vista que sua adoção parece extrapolar a condição de uma simples técnica, tornando-se um recurso metodológico no seu sentido mais amplo.

Cabe ressaltar ainda que a Psicologia do Trabalho, disciplina que abriga diversas especialidades, dentre elas, a Clínica da Atividade, adotou a observação como prática, desde suas primeiras aproximações da realidade laboral. Destaca-se o uso da observação participante, comumente presente nas investigações e que se caracteriza pela interatividade entre o pesquisador, os sujeitos observados e o contexto no qual eles vivem (FERNANDES; MOREIRA, 2013). Na perspectiva francesa, algumas experiências que serviram de base para a emergência da nova disciplina foram conduzidas pelos psicólogos Suzanne Pacaud e Jean Maurice Lahy (OUVRIER-BONNAZ; WEILL-FASSINA, 2017), que optaram, nos anos 1930, pelo abandono do laboratório para conhecerem de perto o que os trabalhadores faziam. Em algumas ocasiões chegaram a realizar as atividades, ao invés de se limitarem a observar as pessoas trabalhando, desenvolvendo uma forma específica de observação, a auto-observação, que lhes permitia refletir sobre os problemas que enfrentavam, além do confronto dos trabalhadores com suas próprias dificuldades. É por esse motivo que Clot (2010b) considera que a Psicologia do Trabalho se originou como uma psicologia situada, delineando as bases para uma autoconfrontação e uma análise clínica do trabalho. Não é surpreendente, portanto, que as experiências levadas a cabo por Pacaud tenham lhe permitido chegar a algumas conclusões importantes, como aquela de que o homem não se manifesta somente naquilo que faz, mas com frequência naquilo que não faz (OUVRIER-BONNAZ; WEILL-FASSINA, 2017). Algumas décadas depois, Clot (2010a) iria extrair dessa constatação a ideia de que nem toda atividade é observável diretamente e que o homem ultrapassa sempre a tarefa que lhe foi confiada.

Bonnemain, Perrot e Kolstulski (2015) trataram igualmente dessas primeiras experiências no campo da Psicologia do Trabalho, constatando que S. Pacaud manifestou, desde o início, um interesse pela relação entre observador/observado, propondo um método ativo para aprender o ofício, baseado na auto-observação e na introspecção no decorrer da aprendizagem, além de confrontar suas práticas com os testemunhos dos executores e opiniões dos técnicos. No entanto, essa primeira geração de psicólogos - embora tenha surgido em um contexto profundamente humanista que permitiu a emergência de métodos de observação do trabalho completamente originais -, viu seus esforços culminarem em um equívoco fundamental, ao darem origem a mais uma psicotécnica. Ou seja, gradativamente, essa psicologia foi perdendo sua vocação fundamental, passando a privilegiar a mensuração de aptidões por meio de testes elaborados para essa finalidade.

Posteriormente, psicólogos como Faverge e Leplat (CLOT, 2010b), que fazem parte da segunda geração de psicólogos do trabalho e se situam no âmbito da chamada psicologia cognitiva do trabalho, dirigiram sérias críticas a essa psicotécnica, enfatizando, sobretudo, que as aptidões não estão na cabeça do sujeito - onde os testes pretendem buscá-las -, mas nos problemas postos pela situação de trabalho. Essa visão exigiu, portanto, um retorno ao contexto laboral, pois rompeu com a ideia de coincidência entre aptidão e situação, partindo do entendimento de que é somente nesse contexto que será possível encontrar a raiz dos recursos de desenvolvimento das aptidões.

Na mesma época em que Faverge e Leplat (CLOT, 2010b) expunham essas objeções, emergiu outra corrente no campo da análise do trabalho, a Ergonomia, cujo expoente, Alain Wisner, dirigiu igualmente sérias críticas à psicotécnica, definindo sua disciplina como um método de descrição e compreensão da atividade em situações de trabalho. Sendo voltada para a prática dos trabalhadores, considerava a observação como uma técnica fundamental para se avançar na análise do trabalho. Por meio dela, ele pôde compreender e destacar a engenhosidade e a inventividade intrínsecas à realização de todo trabalho, denominada por ele de “inteligência prática”. Com isso, acrescentou um olhar também positivo ao fazer laboral, para além da condição de subordinação e alienação.

Em suma, a observação, desde o início, foi um método importante na análise da atividade em situações reais, uma vez que a dimensão temporal, as variabilidades, os imprevistos e as

microrregulações realizadas pelos trabalhadores são ingredientes indispensáveis para se conhecer a dinâmica das suas ações. Mas, pelo menos no contexto da Ergonomia, não é o único momento da coleta de dados, devendo sempre vir acompanhada de entrevistas em autoconfrontação, visando apreender o ponto de vista do trabalhador sobre sua própria atividade⁴. Ela irá possibilitar conhecer a lógica subjacente às ações realizadas, o sentido da atividade, os motivos de se fazer de uma forma ou de outra, ou seja, sua lógica intrínseca. Nesse contexto, sem a entrevista em autoconfrontação, a observação é vista apenas como a forma clássica de se observar, do tipo taylorista, que visa conhecer o trabalho externamente, julgando-o e avaliando-o a partir da referência do pesquisador/observador, de seus critérios de qualidade e performance, e não a partir da lógica interna da atividade realizada. A ideia consiste em se aproximar das situações reais de trabalho, - e não mais através de experimentos em laboratório -, adotando métodos voltados para a fina descrição do fluxo da ação, a partir do olhar dos próprios trabalhadores, o que representa um grande avanço nos estudos sobre a atividade humana, tanto do ponto de vista da saúde quanto da eficácia dos processos.

A Clínica da Atividade (CA) emergiu no contexto da terceira geração da Psicologia do Trabalho, adotando entre seus pilares o legado de A. Wisner e o de Louis Le Guillant (CLOT, 2010a), cuja perspectiva no campo da Psicopatologia do Trabalho não era a de observar, e sim a de escutar a palavra, dialogar e buscar o seu significado. Pode-se dizer, portanto, que a CA se apoia, de um lado, na observação da atividade e, de outro, na escuta da palavra, reunindo uma dupla filiação: a observação (Ergonomia) e a palavra (Psicopatologia do Trabalho). Mas ela parte do princípio de que, na observação, a palavra se apresenta também como palavra interior, sendo a partir dela que se constroem os diálogos profissionais. Nesse sentido, a observação se torna dialógica, no âmbito dessa clínica (CLOT, 2010a).

Pode-se dizer, portanto, que a observação tem diferentes usos nas disciplinas aqui abordadas. Cada uma fundamenta e emprega este método de uma maneira, buscando

⁴ A entrevista em autoconfrontação foi sistematizada por Theureau e Pinsky, ambos ergonômistas que se inspiraram na autoconfrontação proposta por Von Cranach em suas pesquisas sobre etologia cognitiva (THEUREAU, 2010). Trata-se de uma técnica de verbalização entre dois atores, um pesquisador e outro trabalhador, mediada por traços objetivos da atividade (registros do comportamento realizado como ações, falas, gestos, sinais, olhares) realizada em situação real de trabalho. O sujeito é convidado a dizer sobre o que vê, sente, pensa e faz naquele momento em que lhe é apresentado um extrato do filme, um relato de diálogo registrado ou uma sequência de ações anotadas. De forma resumida, significa ser solicitado a dizer algo perante os traços objetivos da sua atividade.

resultados distintos, ancorados no seu projeto teórico e prático. É importante destacar que a Clínica da Atividade e a Ergonomia orientam-se por concepções distintas de ação, produzindo encaminhamentos próprios, inclusive, ao se apropriarem da observação. Este artigo decorre da experiência de um debate iniciado no formato de simpósio, ocorrido no contexto do IV Colóquio Internacional da Clínica da Atividade, em 2019, e pretende tratar desses diferentes modos de apropriação no contexto da análise do trabalho.

A observação no âmbito da saúde mental no trabalho (SM&T)

O campo da Saúde Mental no Trabalho (SM&T) abrange a Psicopatologia do Trabalho e a Ergoterapia, isto é, ele trata dos processos psicopatológicos suscetíveis de ser produzidos pelas dificuldades presentes nos contextos laborais, mas também do uso dos recursos oferecidos por esses contextos para o tratamento dos transtornos mentais. Nesse campo, portanto, a observação pode ser utilizada diferentemente, tanto como um meio para coletar dados e realizar diagnósticos, quanto para permitir que os trabalhadores percebam as formas individuais e interindividuais de realizar suas atividades, atuando de modo a permitir seu desenvolvimento e reduzir os impactos negativos da organização do trabalho. O primeiro uso é bastante próximo daquele adotado pela Ergonomia e o segundo se aproxima do que vem sendo desenvolvido no âmbito da Clínica da Atividade.

Assim, quando se trata de coletar informações visando alcançar um diagnóstico de algum transtorno mental, a técnica de observação aproxima-se daquela adotada pelos primeiros ergonomistas, ou seja, consiste em uma atitude de exploração dos dados e dos fatos relativos ao contexto laboral, baseando-se, ao mesmo tempo, na escuta dos interlocutores. Essa perspectiva é útil por oferecer elementos essenciais para se estabelecer as bases, por exemplo, do nexos entre um transtorno mental e o trabalho. Já quando visa ir além do diagnóstico e promover a saúde dos trabalhadores, que é a perspectiva da intervenção, ela se aproxima da proposta da CA, ou seja, passa a ser o ponto de partida para se realizar uma coanálise da atividade, visando o desenvolvimento individual e dos coletivos de trabalho, priorizando a perspectiva da ação. Trata-se, então, de tornar mais evidente o protagonismo dos operadores, aos lhes dar a possibilidade de participar da análise da própria atividade. Ademais, o clínico utiliza sua presença como um recurso metodológico que permite incitar o operador a se tornar observador de si mesmo. É

nesse sentido que seu uso se torna interessante no âmbito da SM&T, isto é, quando se busca promover o desenvolvimento, individual e coletivo, das pessoas nos seus contextos laborais, tornando-os mais saudáveis⁵.

A observação na teoria do curso da ação: uma abordagem ergonômica

Para abordar a questão do método de observação na perspectiva da Ergonomia é preciso, antes de tudo, situar a abordagem que será tratada aqui. A Ergonomia da Atividade é uma disciplina de estudos do trabalho que possui diferentes correntes com distintas concepções de homem, de atividade e de métodos de análise. A abordagem que será tratada neste ensaio é aquela proposta pela Teoria do Curso da Ação (THEUREAU, 2004), ancorada no paradigma sociocognitivo ou da cognição situada⁶, cujos avanços na concepção teórica e metodológica dos estudos da atividade humana no trabalho foram substanciais.

A teoria do curso da ação

A Ergonomia da Atividade é uma área de estudos e prática que sempre se ancorou em outras disciplinas para apreender seu objeto, a saber, a atividade em situações reais de trabalho. Ela incorporou conhecimentos oriundos da fisiologia, biomecânica, psicologia cognitiva, antropologia, sociologia, filosofia, sempre com o objetivo de entender a inteligência humana no trabalho, ou seja, o que os trabalhadores fazem e como fazem para superar a distância entre o trabalho prescrito e o trabalho real. No entanto, deixou de criar um objeto teórico próprio, se apoiando ora na psicologia cognitiva (análise das atividades cognitivas) ora na inteligência artificial (a mente como tratamento simbólico de informações).

⁵ Uma boa ilustração desse duplo uso da observação no âmbito da SM&T, pode ser encontrada na obra coletiva L.E.R – dimensões ergonômicas e psicossociais (Lima, Araújo e Lima, 1997).

⁶ A abordagem da cognição situada (Suchman, 1987) recoloca a relação entre pensamento, ação e situação. O pensamento deixa de ser causa da ação para ser um recurso do corpo para agir, sendo a unidade de análise a relação do corpo com a situação. Ademais, entende que o corpo age de forma situada, ou seja, responde ao que lhe é significativo no ambiente. Por isso, a ação humana é parcialmente improvisada na medida em que ocorre por meio de um mecanismo de acoplamento que integra percepção, ação e situação, sendo retroalimentada pelo ambiente material e social e por mecanismos internos ao sujeito, durante o transcurso da ação.

Diante deste cenário, Theureau (2004) se propôs a elaborar um objeto teórico para essa disciplina de modo a embasar conceitualmente a metodologia das análises do trabalho, tendo por base conceitos com o de ação situada⁷ e de enação⁸ (VARELA, 1994). Este novo arcabouço teórico contém os fundamentos para o uso da observação e da entrevista em autoconfrontação, como métodos de apreensão do objeto de análise. Por este motivo, para falar dos aspectos metodológicos da análise, onde se inclui a observação, torna-se necessária uma breve apresentação dessa teoria.

Para a Teoria do Curso da Ação (TCA), o objeto de análise é a interação significativa de um ator, seu corpo e a situação, ou seja, constitui-se naquilo que ele faz, percebe, pensa e sente de maneira significativa com a situação, sendo codeterminado por ela. Mas considerar a atividade como uma relação do corpo com a situação não significa dizer que o objeto de análise seja o comportamento observável. Observáveis são apenas os vestígios ou os traços da atividade do sujeito⁹, entendida como todo o implícito a cada momento (THEUREAU, 2015a). Ou seja, o objeto de análise não se resume à ação observável dos atores sociais, mas a todo um implícito da experiência, incluindo o que não está disponível à observação direta de um observador.

Este implícito da atividade, que se tenta apreender, diz respeito à relação assimétrica do sujeito com seu ambiente -já que o sujeito interage com um ambiente que lhe perturba devido à sua experiência acumulada -, se desenrolando em situação, pois o que o perturba ou desperta seu interesse é situado, determinado pelo aqui e agora. A atividade, portanto, não é nem uma realidade externa ao indivíduo (seu comportamento observável) nem uma realidade interna

⁷ A hipótese da ação situada faz parte da abordagem da cognição situada (Suchman, 1987). Considera que a situação é elemento indispensável da ação, pois a ação emergente é codeterminada tanto pela situação (exigências, obstáculos, ferramentas, objetos) quanto pela história incorporada do sujeito. Sem incluir a situação na análise da ação, não se compreende efetivamente a ação, pois ela fica sem um dos seus componentes.

⁸ A hipótese da enação consiste na ideia da atividade humana como cognitiva, ou seja, que “utiliza e cria conhecimentos e consiste em uma interação assimétrica entre o corpo do ator e seu ambiente, incluindo o social, ou ainda, a organização interna do ator a cada momento, herdado de seu passado imediato, selecionando o que nesse ambiente pode perturbá-lo e moldando a resposta que pode fazer com que ele mesmo crie um saber que determine as suas futuras interações assimétricas. Há assim uma codeterminação das estruturas internas dos atores e das estruturas (externas) e ambientais (incluindo o social) através dessas interações, mas uma codeterminação assimétrica” (THEUREAU, 2015b, p.348).

⁹ Traços da atividade em Ergonomia se refere à parte manifesta da atividade realizada. Como a atividade é o que se apresenta através de gestos, falas, expressões, ações, além de todo o implícito, ou seja, aquilo que não se vê, como as razões, motivos, decisões, afetos, dilemas, pensamentos. A Análise Ergonômica da Atividade (AET) parte destes traços deixados no ambiente pelo ator (parte manifesta) para, a partir deles, alcançar a dimensão não observável da atividade, isto é, aquilo que é encoberto e subjacente à ação.

(seus processos mentais), mas um “entre sujeito-ambiente”, isto é, um sistema que emerge no fluxo da atividade, conforme exposto a seguir:

A cognição não se situa na mente, mas numa interação “entre” dois, entre o ator e a situação, na qual fazem parte os outros atores. Em consequência, de uma parte, os fenômenos cognitivos pertinentes concernem essencialmente à percepção e à ação; de outra parte, o lugar essencial de seu estudo é a situação de trabalho ela mesma, pois se buscamos estudá-la passando de uma situação de trabalho a uma situação de laboratório, nós arriscamos perder toda a crítica teórica sobre o homem como um sistema de tratamento da informação (THEUREAU, 2004, p.14).

Assim, ao se falar em sistema “entre dois”, isto é, “entre o ator e a situação”, significa que a situação faz parte deste sistema, não sendo possível analisar apenas o agir do ator, mas o seu agir em interação com a situação. Por exemplo, ao se analisar o erro, é preciso explicitar como o ator se relacionou com os aspectos da situação naquele momento, o que chamou sua atenção em dado instante, como coordenou percepção e ação, o que pensou. É todo este implícito que se busca apreender na análise da atividade *por dentro*, o que requer acessar, em certa medida, a subjetividade do ator em situação.

Para ter acesso à relação assimétrica do ator com a situação, já que ele reage ao que lhe é significativo, é necessário recorrer ao método da entrevista em autoconfrontação, que depende, por sua vez, da prévia observação do fluxo da ação. Em outras palavras, a observação é condição necessária para a realização da entrevista em autoconfrontação, ponto chave da análise, em Ergonomia. Trata-se, portanto, de uma técnica de verbalização que busca explicitar o implícito da atividade, já que esta possui um caráter descritível e reflexivo, no sentido de que, parte desta experiência é passível de ser demonstrada, narrada e comentada pelo ator, desde que sejam dadas as condições para isso. Nas palavras de Theureau (2015a, p.307),

[...] a possibilidade de uma descrição adequada da atividade prática não depende mais apenas do investigador, observando e interpretando o comportamento dos atores, mas também e principalmente da utilização de métodos de explicitação da consciência pré-reflexiva¹⁰ dos atores que está presente a cada momento da sua atividade prática.

¹⁰ Consciência pré-reflexiva é sinônimo de experiência, entendida como a atividade humana que é a todo momento acompanhada de uma consciência, mas também de todo um implícito (pré-reflexivo), ou seja, de todo um saber que é incorporado, tácito, não verbalizado ou não representado (THEUREAU, 2015a).

Como se pode notar, a observação utilizada pela Teoria do Curso da Ação não visa a simples coleta de dados pelo observador, que iria, em seguida, interpretar a ação dos atores. Ao contrário, a observação nesta abordagem serve como instrumento para recriar, o mais próximo possível, a situação vivida através dos traços objetivos da atividade realizada. Quem interpreta a ação é o próprio ator, é ele quem dirá o que significam seus atos, gestos, olhares, falas e expressões. Este relato ou descrição da atividade vivida é o que se produz na entrevista em autoconfrontação, etapa posterior à observação.

A observação e a entrevista em autoconfrontação

Assim, a observação no contexto da TCA é uma etapa fundamental na análise da atividade e possui uma função específica e precisa: coletar traços da atividade e do contexto da ação para a reconstrução da situação pelo trabalhador, em um processo de intervenção. A escolha das situações a serem observadas é realizada de forma colaborativa entre o pesquisador/analista da atividade e o ator social/trabalhador. Geralmente, durante a observação, as situações são filmadas, fotografadas e/ou registradas através de anotações do analista, dando origem ao que chamamos de traços objetivos da atividade. Com estes traços, são reconstituídas as cenas que serão objeto de descrição do vivido, ou seja, o objetivo é colocar o sujeito para reviver, o mais próximo possível, a atividade realizada. Uma vez recriada a situação para fazer emergir a íntima relação corporal com a situação, é preciso agora torná-la explícita, isto é, relatável, demonstrável ou narrável. Para isso, é realizada a entrevista em autoconfrontação que tenta se aproximar o máximo possível dos elementos percebidos, sentidos e vivenciados no curso da ação, sem apelo a explicações ou justificativas. Para que isso ocorra, as perguntas são cuidadosamente escolhidas no intuito de fazê-lo descrever “o que” e “como” viu, sentiu, percebeu e agiu em dado instante sem apelar para a reflexão e se apoiando mais na percepção imediata. Qualquer tentativa de escapar desse processo é controlada pelo pesquisador, que solicita ao entrevistado que retorne à descrição da atividade como um ator que age, e não como um observador externo da sua atividade.

Este processo não se dá sem dificuldades, sendo necessário um bom domínio técnico a fim de provocar a revivência do sujeito nessa situação artificial, porém próxima da situação real.

Não raras vezes, ele se surpreende com o que revive, tomando consciência de aspectos da atividade que lhe eram estranhos, mas o objetivo dessa primeira fase da análise não é provocar a tomada de consciência nem a análise reflexiva do vivido. Isto será reservado para o segundo momento quando serão feitas perguntas visando o “para que” e o “por que”.

Após a explicitação da experiência corporal ou da consciência pré-reflexiva (ditas de primeiro nível), segue-se a segunda etapa da autoconfrontação (segundo nível), entendida como análise reflexiva, que segundo Theureau (2010), produz a tomada de consciência de aspectos antes não conscientes. A análise de primeiro nível seria, então, a explicitação da atividade em seus aspectos constitutivos e dinâmicos (o corpo no fluxo de ação, dimensão pré-reflexiva), enquanto a de segundo nível consiste em uma reflexão sobre o vivido, a partir desses aspectos explicitados na primeira etapa, sendo dois momentos importantes, porém distintos, com propósitos e alcances diferentes.

Podemos, então, concluir que a observação é um método imprescindível na metodologia de análise ergonômica da atividade, uma condição *sine qua non* para a recriação do vivido, e, portanto, para a sua explicitação na entrevista em autoconfrontação. É por meio dela e da entrevista em autoconfrontação, que o analista, juntamente com os trabalhadores, chegará a uma fina e profunda descrição da atividade. Ao mesmo tempo, é importante ressaltar que a observação é condição necessária, mas não suficiente para a coleta de dados nesse contexto, uma vez que, sem a entrevista em autoconfrontação, não há a análise da atividade.

A observação na perspectiva da Clínica da Atividade

*Toda observação do trabalho do outro é uma ação
sobre o outro*
(CLOT; LEPLAT, 2005, p.302)

O propósito da Clínica da Atividade consiste em provocar o desenvolvimento da atividade psicológica para, em seguida, poder estudá-lo, sendo a observação um recurso frequentemente adotado nesse contexto. Alguns teóricos tiveram uma importância especial na forma pela qual ela se apropriou desse instrumento metodológico, sendo Henry Wallon (1968) um dos mais importantes, especialmente, pela relevância que sempre atribuiu à observação no âmbito da sua

prática e teorização. Para o psicólogo francês, “enquanto vastos domínios do conhecimento viram a experimentação suplantar a simples observação, o papel desta mantém-se preponderante em muitos campos da psicologia” (WALLON, 1968 p.33). Em outras palavras, na sua visão, ao mesmo tempo em que a física, a química, a biologia se desenvolveram graças à experimentação, “a psicologia da infância, ou pelo menos da primeira infância, depende quase exclusivamente da observação” (WALLON, 1968, p.33). No entanto, admitia que nenhuma observação é “um decalque exato e completo da realidade”, pois “não há observação sem escolha nem sem uma relação implícita ou não” com o objeto observado (WALLON, 1968, p.35). Ou seja, “a escolha é comandada pelas relações que podem existir entre o objeto ou o acontecimento e a nossa expectativa, isto é, o nosso desejo, a nossa hipótese ou mesmo nossos simples hábitos mentais” (WALLON, 1968, p.35), sendo que as razões de se optar por um caminho ou outro “podem ser conscientes ou intencionais, mas podem também escapar-nos, porque se confundem, antes de tudo, com o nosso poder de formulação mental” (WALLON, 1968, p.35).

Portanto, para Wallon (1968, p.36), “a grande dificuldade da observação pura como instrumento do conhecimento consiste em que usamos uma tabela de referência, a maior parte das vezes, sem o sabermos, de tal modo que o seu emprego é irracional, instintivo, indispensável”. Nesse caso, quando se trata desse instrumento “a fórmula que damos aos fatos corresponde muitas vezes às nossas relações mais subjetivas com a realidade, às noções práticas que utilizamos na nossa vida corrente” (WALLON, 1968, p.36). É nesse sentido que se torna difícil observar alguém sem lhe emprestar alguma coisa dos nossos sentimentos ou intenções, sendo que, para ele, “um movimento não é um movimento, mas aquilo que parece exprimir-nos”, ou o que informa sobre nós e sobre a situação. Tendemos, assim, como prática habitual em Psicologia a registrar o “significado suposto”, “deixando de indicar o próprio gesto” (WALLON, 1968, p.38), de onde ele vem (ou qual a confluência de exigências que o criaram) e porque ele se apresenta na situação. Por isso, Wallon conclui ser importante definir em primeiro lugar, para todo objeto de observação, qual é a “tabela de referência” que corresponde ao objetivo da investigação, sendo que no caso da criança, seria sempre a cronologia do seu desenvolvimento (WALLON, 1968). Foi inspirado em alguns desses aspectos da psicologia de Wallon, associados aos estudos ergonômicos, que Y. Clot fez suas próprias elaborações a respeito da técnica da observação, levada para os contextos de trabalho, o que será melhor descrito mais adiante.

Já para Odonne, Re e Briante (1981), que também inspiraram a Clínica da Atividade, a experiência dos operários só pode ser observada quando muda o seu estatuto, ou seja, ela não é apenas a experiência em si, mas torna-se um meio para viver outras experiências. Esta perspectiva lhes serviu de inspiração na criação da técnica da instrução ao sócio. Nessa mesma direção, mas sob referências teóricas de uma Psicologia do Desenvolvimento, Vygotski (2003; 2010), teórico que representa mais um pilar da Clínica da Atividade, forneceu elementos para a concepção da experimentação. Segundo ele, para estudar o desenvolvimento humano é necessário provocá-lo (VYGOTSKI, 2003). Ou seja, o desenvolvimento, não sendo acessível por métodos diretos de observação, impõe o emprego de métodos indiretos. E como a observação experimental clássica não é sinônimo de objetividade, foi necessária uma reformulação radical dos métodos de experimentação, nos quais ela se inclui, para estudar as atividades inibidas, que agem à revelia, tanto do ponto de vista do sujeito quanto do experimentador. Nesse sentido, a metodologia só pode ser indireta, ou seja, “reduplicada” ou, ainda, histórica.

Observar é agir sobre o outro

Como foi dito, os estudos de Wallon possibilitaram explorar o estatuto psicológico da situação de observação, sendo este o propósito do uso do método pela Clínica da Atividade. Um dos pontos principais que serviram de apoio para Clot (2010a) foi a constatação de Wallon de que, ao sermos observados passamos a nos observar, uma vez que a atenção que o sujeito sente sobre ele, parece levá-lo a se observar. Sob o efeito do método, essa auto-observação produz no trabalhador um diálogo interior, que reflete e condensa suas questões e impasses com os critérios adotados por ele, com o objeto desta atividade e com a atividade dos outros que a atravessam. Trata-se da necessidade de se adaptar à presença do outro que se sobrepõe ao ato da execução (WALLON, 1983). Assim, sob o ponto de vista do observado, toda observação equivale a interpor a atividade do outro entre o sujeito (observado) e sua própria atividade. A observação deixa um resíduo, que provoca o desenvolvimento de (outra) observação no sujeito observado. E, para Clot (2010a), um dos efeitos desconhecidos de tudo isso é precisamente aquele que a observação provoca na atividade do sujeito: ao ser observado no seu trabalho, ele passa a se observar trabalhando.

Neste processo, ele vivencia dois efeitos interligados: (a) uma superposição de atividades (a de ser observado e a de se observar), que por sua vez (b) modifica o curso da atividade primeira, isto é, aquela que estava realizando. Sob este efeito dialógico (consigo mesmo e com o clínico), o trabalhador distancia-se dos atos naturalizados e automatizados, conseguindo se descolar de suas reflexões usuais para agir. Esse diálogo interior se associa com o exterior (estabelecido com o clínico e pares, por exemplo), produzindo uma nova experiência e, no curso desta, podem ocorrer algumas descobertas em torno das dissonâncias entre os modos de se fazer e não fazer (CLOT; LEPLAT, 2005). Assim, a atividade é objeto de uma minuciosa observação com consequências psicológicas indiretas, sendo que, no decorrer da intervenção, algumas análises ocorridas nas situações de observação podem ser transportadas para os diálogos com o coletivo e serem objeto de uma elaboração pelo grupo ou pelo sujeito observado.

O objetivo no âmbito da CA é o de explorar essa perspectiva psicológica e dialógica, em movimento, desencadeada pela presença do observador, indo para além da ideia da observação como método exterior ao sujeito, levando-o a descrever genericamente o seu fazer. O observador faz parte da cena porque sua presença e atividade funcionam como um motor para colocar o observado numa outra atividade: a de se observar. Além de exterior, o observador é também interior, porque ele promove no sujeito observado uma atividade psicológica, na qual ele se interpõe, passando a fazer parte como um dos seus destinatários.

Essa perspectiva dialógica da observação – já que no contexto da CA, ela é sempre atividade dialógica – esvazia a noção cartesiana de algo observável diretamente. Sabe-se que a atividade se constitui, igualmente, pelo não realizado, aquilo que não cessa de existir psicologicamente, como nos provocou, à época, S. Pacaud (OUVRIER-BONNAZ; WEILL-FASSINA, 2017). Este é o cerne do conceito de real da atividade (CLOT, 2006, 2010a), também crucial para se entender a concepção de atividade nessa clínica, já que esta contempla uma dimensão de realizado, aquilo que se conseguiu fazer e, simultaneamente, uma dimensão do não realizado, ou seja, aquelas ações que poderiam e/ou deveriam ser feitas e que por motivos diversos não o foram. Estas coabitam o universo psicológico do trabalhador, afetando positivamente e/ou negativamente sua relação com a atividade, sendo que essa dinâmica entre realizado e não realizado, denominada real da atividade (CLOT, 2010a), pode se constituir em uma fonte de satisfação, mas também de adoecimento do sujeito no trabalho. O método da observação

possibilita, portanto, revelar algo dessa dinâmica, seja na relação com o sujeito observado, seja no coletivo, com seus pares.

Seguindo o propósito deste artigo, é interessante ressaltar que essa perspectiva psicológica da auto-observação parece não representar um ponto de interesse sobre o método da observação, por parte da Ergonomia ou de outras disciplinas voltadas para a análise do trabalho, sendo, portanto, uma especificidade da Clínica da Atividade. Trata-se de um fenômeno que parece incontornável, pois ocorre, mesmo à revelia do trabalhador, revelando tanto a dimensão singular da atividade, quanto sua dimensão social, interpsicológica.

O ponto fundamental, alerta Clot (2010a), não está em “o que” observar na atividade ou numa seleção prévia de traços ou de categorias, mas em o que fazer com a atividade (do observado) de se observar. Como deixar que isso apareça no diálogo? Como possibilitar que essa reflexão interior seja verbalizada e ganhe lugar no desenrolar da atividade em curso, afetando-a de alguma maneira? E de que maneira a atividade é afetada por isso? Esta seria uma maneira de possibilitar ao sujeito “reencontrar” sua atividade, de um outro modo, sob efeito de uma questão emergente, por exemplo, já que, ao se observar (o que significa uma sobreposição de atividades), o sujeito “perde o acesso aos próprios meios para agir” (CLOT, 2010a, p.223), expondo-se a riscos menos controlados.

Este efeito sobre a atividade pode ser um elemento para a análise coletiva do trabalho, abrindo aos envolvidos, possibilidades de debate e de desenvolvimentos de sua atividade, sendo que o clínico deve estar atento a isso. Nesse sentido, a atividade se desloca de intrapsicológica para interpsicológica; de objeto da observação, inicialmente, ela se torna meio (na análise) e assim perpetua-se o seu movimento, que se torna um recurso para agir e, possivelmente, um meio de produzir saúde. Percebe-se, portanto, que a análise da atividade por meio da observação, pode ser definida, neste contexto, como uma sucessão de momentos produtores de auto-observação: inicialmente, pela observação mais ampla, por parte do clínico no local de trabalho, em seguida, pela observação deste em situação junto ao trabalhador (autoconfrontação simples) e, enfim, pela observação do(s) par(es) (autoconfrontação cruzada).

No contexto do uso desses diversos métodos e momentos, a observação revela-se como um recurso de autoconfrontação e cumpre o seu propósito: o de ser um instrumento para o desenvolvimento do real da atividade, permitindo que, por meio dessas novas experiências, os

trabalhadores possam ampliar o seu poder de agir. Porém, seu uso não se esgota aí e tampouco seus efeitos recaem apenas sobre o indivíduo observado. Ao contrário, os traços da atividade, que emergiram no processo da observação, podem continuar a ter um destino, no decorrer dos outros métodos dialógicos propostos e em âmbito também coletivo (BONNEMAIN; PERROT; KOSTULSKI, 2015).

Assim, a observação e a palavra se relacionam, refletindo a dupla filiação dessa clínica (Ergonomia e Psicopatologia), sendo que o método da autoconfrontação cruzada nos possibilita identificar com mais clareza esta perspectiva. Quando dois sujeitos se “comparam” face a imagens objetivas da própria atividade e dialogam a respeito, está-se no domínio da palavra e pode-se dizer mesmo no domínio da intersubjetividade. Mas, para Clot (2010b), esse diálogo é também uma forma de observação, pois eles se observam trabalhando. Ou seja, há observação no diálogo e há palavra na observação. Busca-se “transformar a observação em diálogo, de modo a tornar a palavra uma ferramenta da observação” (CLOT, 2010b, p.225). Ademais, acrescenta ele, “não há psicologia sem a função criadora da palavra do sujeito e dos sujeitos [...]” (CLOT, 2010b, p.225). Tudo isso, sem esquecer que no âmbito da CA, seguindo os estudos de Vygotski (1997), a palavra não é um veículo para expressar e transportar o vivido ou mesmo conhecê-lo. Ela é, em si, ação, atividade dialógica, meio por onde o vivido se transforma, se desenvolve, abrindo brechas para novas ações. A observação, em suas diferentes perspectivas, promove essa ação dialógica e, nela, a possibilidade de agir diferente.

Enfim, o uso da observação, nesta clínica, não se volta objetivamente para a coleta de dados. É de início voltado para a intervenção, para a produção de uma gênese instrumental particular que faz dela um instrumento à disposição dos profissionais para revitalizar o diálogo no interior do coletivo, desenvolvendo os objetos e os destinatários de sua atividade (BONNEMAN; PERROT; KOLSTULSKI, 2015). É evidente que, além de ser um instrumento psicológico, a observação pode ter, igualmente, o efeito de produzir conhecimento sobre a atividade, embora, para os fins de uma intervenção, o que realmente importa são os afetos vivenciados pelos envolvidos na relação com a atividade e como eles se desenvolvem, inclusive, na ação em andamento.

À guisa de conclusão

Embora a observação seja um método importante para a Clínica da Atividade e para a Ergonomia, ela foi incorporada diferentemente no âmbito das duas especialidades. É o que buscou-se explicitar aqui, mesmo reconhecendo que o desafio não se esgota facilmente. A preocupação maior da CA é com os efeitos subjetivos provocados pela observação, tornando-a, essencialmente, um instrumento clínico para o desenvolvimento individual e não para fins de diagnóstico ou de coleta de informações. Já a Ergonomia recorre a ela com outro propósito: o de criar as condições para uma descrição intrínseca da atividade, visando com isso, aprofundar sua compreensão e poder transformá-la. Enquanto na CA, transforma-se para compreender, sendo que o trabalhador é o protagonista dessa transformação, na Ergonomia, o protagonismo da transformação, compreender para transformar, diz respeito à dupla ergonômica/trabalhador, passando necessariamente pelo diagnóstico das situações de trabalho, via coleta e análise dos dados.

Mas é importante ressaltar que essa preocupação da Clínica da Atividade em repensar a observação não a coloca em um plano oposto ao da TCA, bem como da Ergonomia como um todo. Ao contrário, Clot (2010b) considera que ela acompanha, em grande medida, a perspectiva ergonômica, ao mesmo tempo em que oferece uma concepção psicológica da observação.

É sempre desejável que se estabeleçam comparações entre os usos oferecidos aos métodos em abordagens distintas, sendo comuns, no caso aqui tratado, a ocorrência de mal-entendidos. Um olhar superficial sobre a questão pode sugerir que esses usos são bastante próximos, já que ambos envolvem observação e autoconfrontação. Entretanto, as diferenças se explicitam quando são comparadas suas concepções teóricas, seus objetos de estudo e os propósitos que visam alcançar.

Tanto a Clínica da Atividade quanto a Ergonomia se voltam para a atividade humana no trabalho, sendo que a primeira, embora se insira no campo mais amplo da Psicologia do Trabalho, foi também influenciada pela segunda, ao colocá-la como um dos seus pilares (CLOT, 2010a, 2010b). No entanto, a CA vem se construindo a partir de aportes teóricos de outras disciplinas, como a Psicologia Sócio-histórica e a Psicopatologia do Trabalho, o que a torna distinta da Ergonomia tradicional, que emergiu dos estudos biomecânicos e fisiológicos, tendo como paradigma inicial a psicologia behaviorista, embora tenha incorporado, posteriormente, a psicologia cognitiva.

Apesar dessas diferenças, ambas as perspectivas aqui analisadas possuem em comum o fato de se estruturarem a partir da crítica ao modelo do homem como sistema de tratamento da informação vinda da tradição cognitivista. Para Clot (2010a), este modelo é inadequado para o estudo da atividade humana porque entende a relação do sujeito e seu meio a partir de relações de causa e efeito, além de entender a cognição e a emoção como fatores independentes e paralelos. Assim, segundo ele, “abordar a questão das emoções [...] não consiste, com toda a certeza, em acrescentar um capítulo suplementar à psicologia cognitiva a fim de torná-la um pouco menos desencarnada.” (CLOT, 2010a, p.6).

Isso significa que, no âmbito da CA, a emoção deixa de ser apenas “um aspecto intensivo da cognição” para envolver “o sentido de uma atividade que é sempre afetada ou desafetada pelo outro ou pelo próprio sujeito” (CLOT, 2010a, p.6). Em outras palavras, nesse contexto, a atividade deixa de ser um fenômeno cognitivo com coloridos emocionais em ação (modelo cognitivista) para ser a atividade de um indivíduo concreto no mundo, mediado pelo outro.

Essa ruptura radical com a psicologia cognitiva aproxima a Clínica da Atividade da Teoria do Curso da Ação, perspectiva privilegiada neste ensaio, pois conforme foi exposto, a TCA, embora se coloque no contexto do pensamento ergonômico, faz duras críticas ao modelo de homem como tratamento simbólico de informações. Ancorada no paradigma da ação situada, ela concebe a atividade como resultado da interação do sujeito, seu corpo e a situação, como uma unidade que emerge em dado instante do curso da ação, sendo composta por diferentes aspectos, como as emoções, a cognição, a percepção e a ação, de forma indissociável.

Neste ponto, Clínica da Atividade e a Teoria do Curso da Ação concebem, em comum, a atividade como um ato concreto no mundo, sendo seus aspectos constitutivos (cognição, emoção, percepção e ação) recursos e não causa da ação, como se entende na perspectiva cognitivista. É a interação do sujeito com seu meio, que o leva a mobilizar (ou não) seus recursos para agir. Nas palavras de Clot (2010a, p.6),

Quando esta [a atividade] fica “envenenada” pela intensificação dos controles exercidos, os sujeitos podem “perder seus meios” e se tornam incapazes de dispor de seus recursos cognitivos sob a dominação do outro. Ao contrário, a atividade do outro pode solicitar tais recursos ou, ainda, o próprio sujeito pode mobilizá-los a serviço de atividades diferentes daquelas que lhe são impostas. Assim, é o sentido da atividade, verdadeiro regulador dessa última, que afeta as emoções e as cognições quando da realização de uma tarefa.

Portanto, ambas as abordagens querem entender a atividade humana sem fragmentar seu objeto em aspectos isolados, ao contrário, elas trabalham no sentido de reconhecer a perspectiva dialética entre os elementos que constituem e se inter-relacionam configurando a atividade em cada situação. Ademais, elas se propõem a transformar o contexto de trabalho, embora por caminhos distintos. A Clínica da Atividade visa o desenvolvimento da atividade psicológica, possibilitando ao profissional (individual e/ou coletivamente) desenvolver sua ação, podendo (ou não) ter como consequência uma melhor compreensão do ponto de vista descritivo e diagnóstico. O que realmente importa é o desenvolvimento e isso implica em possível transformação da ação e da situação. A Teoria do Curso da Ação, por outro lado, pretende transformar a relação do corpo com a situação através da intervenção nas situações de trabalho.

Ao final, o que se produz em ambas as análises? Em que se diferem quanto aos caminhos tomados? As respostas apontam para destinos teóricos e metodológicos distintos e potentes, no esforço de reconhecer e apreender a dimensão do “não observável diretamente” presente em toda ação. Uma faz uso da análise da atividade como instrumento de desenvolvimento psicológico dos trabalhadores, com a finalidade de transformar a situação concreta. O desenvolvimento da atividade é meio e fim, ao mesmo tempo. A outra visa compreender a relação indivíduo-corpo e situação mediante análise colaborativa entre analistas e trabalhadores das situações de trabalho. A finalidade é igualmente de transformar as situações concretas, sendo a questão chave o acesso ao engajamento corporal do sujeito em situação, alcançando a dimensão pré-reflexiva, ou seja, incorporada. O acento é dado ao corpo, ao que os sujeitos percebem, sentem e fazem em situação, e não o que eles sabem conscientemente ou dizem sobre ela. Aprender esta dimensão em situação possibilita compreender a relação do sujeito com o mundo e, por conseguinte, transformar as situações e criar tecnologias que potencializem o agir humano no trabalho.

O campo da SM&T pode dialogar com essas duas perspectivas, reconhecendo, em primeiro lugar, que a CA conseguiu ultrapassar as análises tradicionais do trabalho ao tentar acessar a subjetividade daquele que o realiza e ampliar seu poder de agir. Fazendo isso, ela incorporou a esse contexto uma dimensão clínica que é essencial, além de integrar o psicológico e o social. É importante ressaltar que a TCA, apresentada aqui como a perspectiva que se propôs a criar um objeto teórico não cognitivista para a Ergonomia, apoia-se em bases epistemológicas

diferentes daquelas adotadas no âmbito da CA. Isso não a impede de trazer elementos importantes para aqueles que atuam em SM&T, por exemplo, especialmente no que concerne à melhor compreensão do que se passa nos contextos laborais, de modo a facilitar os processos diagnósticos. Ambas permitem que se ultrapasse a visão convencional de que o trabalhador responde estritamente ao prescrito, revelando a iniciativa e a criatividade de cada um frente às exigências impostas pela organização do trabalho. Nesse sentido, se apresentam como recursos poderosos para aqueles que almejam construir uma psicologia cada vez mais identificada com uma psicologia do trabalho, isto é, aquela que se volta para as situações laborais concretas e para a maneira como todos lidam com os desafios que se apresentam. Finalmente, é comum a esses dois campos a ideia de que a atividade ultrapassa aquilo que é passível de ser observado por um agente externo e que, portanto, ao se recorrer ao método da observação, torna-se essencial entendê-lo na sua complexidade, indo além da imediaticidade do comportamento visível.

Referências

- BONNEMAIN, A.; PERROT, E.; KOSTULSKI, K. Le processus d'observation, son développement et ses effets dans la méthode des autoconfrontations croisées en clinique de l'activité. *Activités*, v.2, n.12, p.98-124, 2015. Disponível em: <http://www.activites.org/v12n2/v12n2.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2017.
- CLOT, Y. *A função psicológica do trabalho*. Petrópolis: Vozes, 2006.
- CLOT, Y. *Trabalho e poder de agir*. Trad. Guilherme João de Freitas e Marlene M. Z. Vianna. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010a.
- CLOT, Y. A psicologia do trabalho na França e a perspectiva da clínica da atividade. *Fractal: Revista de Psicologia*, v.22, n.1, p.207-234, jan-abr., 2010b.
- CLOT, Y.; LEPLAT, J. La méthode clinique ergonomie et en psychologie du travail. *Le Travail Human*, v.68, n.4, p.289-316, 2005.
- FERNANDES, F. M. B.; MOREIRA, M. R. Considerações metodológicas sobre as possibilidades de aplicação da técnica de observação participante na saúde coletiva. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.23, n.2, p.511-529, 2013.
- LIMA, M. E. A.; ARAUJO, J. N. G.; LIMA, F. P. A. *L.E.R. – dimensões ergonômicas e psicossociais*. Belo Horizonte: Health, 1997

ODDONE, I.; RE, A.; BRIANTE, G.; *Redécouvrir l'expérience ouvrière: vers une autre psychologie du travail?* Paris: Éditions Sociales, 1981.

OUVRIER-BONNAZ, R.; WEILL-FASSINA A. (orgs). *Suzanne Pacaud: de la psychotechnique à l'ergonomie – l'analyse du travail en question.* Paris: Octarès, 2017.

SUCHMAN, L. *Plans and situated actions: the problem of human/machine communication.* Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

THEUREAU, J. *O curso da ação: método elementar -- ensaio de antropologia enativa e ergonomia de concepção.* Belo Horizonte: Editora Fabrefactum, 2004.

THEUREAU, J. Les entretiens d'autoconfrontation et de remise en situation par les traces matérielles et le programme de recherche "cours d'action". *Revue d'anthropologie des connaissances*, v.4, n.2, p.287-322, 2010.

THEUREAU, J. A hipótese da cognição (ou ação) situada e a tradição da análise do trabalho da ergonomia de língua francesa. *In: LIMA, F. P. A.; RABELO, L. B. C.; CASTRO, M. G. L. (orgs.). Conectando saberes: dispositivos sociais de prevenção de acidentes e doenças no trabalho.* Belo Horizonte: Fabrefactum, 2015a. p.285-313.

THEUREAU, J. Lições da experiência europeia dos anos 70 e condições de instauração hoje de um processo contínuo de concepção e adequação ergonômicas. *In: LIMA, F. P. A.; RABELO, L. B. C.; CASTRO, M. G. L. (orgs.). Conectando saberes: dispositivos sociais de prevenção de acidentes e doenças no trabalho.* Belo Horizonte: Fabrefactum, 2015b. p.315-378.

VARELA, F. *Conhecer as ciências cognitivas: tendências e perspectivas.* Lisboa: Publicações Instituto Piaget, 1994.

WALLON, H. *A evolução psicológica da criança.* São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1968.

WALLON, H. *Les origines du caractère chez l'enfant.* Paris: PUF, 1983.

VYGOTSKI, L. *Pensée et Langage.* Trad. Françoise Sève. 3. ed. Paris: La Dispute, 1997.

VYGOTSKI, L. *Conscience, inconscient, émotions.* Trad. Françoise Sève et Gabriel Fernandez. Paris: La Dispute, 2003.

VYGOTSKI, L.. *La signification historique de la crise em psychologie.* Trad. Colette Barras et Jacques Barberis. Paris: La Dispute/Snédit, 2010.

Recebido em outubro 2020.

Aprovado em abril 2021.